

Sumário

Nota dos Autores à 2.^a edição, 7

Nota dos Autores à 1.^a edição, 9

PRIMEIRA PARTE

Introdução

PRIMEIRA SEÇÃO

FONTES DO DIREITO PENAL E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DO FATO

Capítulo 1. FONTES DO DIREITO PENAL, 26

1.1 Fonte de produção ou substancial ou material, 26

1.2 Fontes formais, 27

1.3 A jurisprudência como fonte formal imediata do Direito penal, 28

1.4 Fonte formal mediata: a doutrina, 32

1.5 Fontes informais, 32

Capítulo 2. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DO FATO, 32

2.1 Dimensões do princípio da legalidade, 32

2.2 Origem do princípio da legalidade criminal e penal, 33

2.3 O princípio da legalidade criminal e penal como patrimônio cultural da humanidade, 35

2.4 Constitucionalização do princípio da legalidade criminal e penal e suas exigências formais e materiais mínimas, 35

2.5 Fundamentos do princípio da legalidade criminal e penal, 36

2.6 Dimensões de garantia do princípio da legalidade criminal e penal, 37

2.7 Quando a garantia da *lex certa* pode resultar violada?, 40

2.8 Medidas de segurança e princípio da legalidade, 40

Capítulo 3. A GARANTIA DA *LEX POPULI*: DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL, 41

3.1 A garantia da *lex populi* e o Direito comparado, 41

3.1.1 Direito alemão, 41

3.1.2 Direito italiano, 41

3.1.3 Direito espanhol, 41

3.2 A garantia da *lex populi* no Direito penal brasileiro, 42

3.2.1 Medidas provisórias e Direito penal, 43

3.2.2 Medidas provisórias “penais” e o STF, 43

3.2.3 Lei delegada, 43

3.3 A garantia da *lex populi* e o Estado de Direito, 43

3.4 A garantia da *lex populi* e o Estado Democrático, 44

3.5 Considerações e conclusões finais, 44

Capítulo 4. LEI PENAL, NORMA PENAL E TIPO PENAL, 45

Capítulo 5. INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS, 52

5.1 Sentido da interpretação, 52

5.2 Espécies de interpretação, 52

Capítulo 6. CONFLITO APARENTE DE LEIS PENAIS, 55

6.1 Conceito e distinções, 55

6.2 Princípios incidentes no conflito aparente de leis penais, 56

6.2.1 Princípio da especialidade, 56

6.2.2 Princípio da subsidiariedade, 57

6.2.3 Princípio da consunção ou da absorção, 57

6.3 Fundamentos dos princípios que regem o conflito aparente de leis penais, 60

6.4 Princípio da alternatividade, 60

SEGUNDA SEÇÃO
EFICÁCIA TEMPORAL E ESPACIAL DA LEI PENAL

Capítulo 1. LEI PENAL NO TEMPO, 67

- 1.1 Nascimento, vigência e validade da lei penal, 67
- 1.2 Conflito de leis penais no tempo (princípios incidentes), 71
- 1.3 *Abolitio criminis* (significado e consequências jurídicas), 77

Capítulo 2. LEI PENAL EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA, 79

- 2.1 Significado do art. 3.º do CP, 79
- 2.2 Lei penal em branco e modificação do complemento normativo, 81

Capítulo 3. TEMPO DO CRIME, 82

Capítulo 4. LEI PENAL NO ESPAÇO, 84

- 4.1 Princípio da territorialidade relativa, 84
- 4.2 Extensão do território nacional, 85

Capítulo 5. LUGAR DO CRIME, 87

Capítulo 6. EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL BRASILEIRA, 88

Capítulo 7. DUPLA CONDENAÇÃO PELO MESMO CRIME, 90

Capítulo 8. EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA NO BRASIL, 92

Capítulo 9. EXTRADIÇÃO, 93

- 9.1 Conceito, espécies e impossibilidade de extradição de brasileiro, 93
- 9.2 Princípios que regem a extradição, 93

TERCEIRA SEÇÃO
EFICÁCIA PESSOAL DA LEI PENAL

Capítulo 1. INTRODUÇÃO, 100

Capítulo 2. DA IMUNIDADE DIPLOMÁTICA, 101

Capítulo 3. IMUNIDADES E PRERROGATIVAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DOS GOVERNADORES E DOS PREFEITOS, 102

- 3.1 Imunidades e prerrogativas do Presidente da República, 102
- 3.2 Imunidade e prerrogativas dos Governadores, 103
- 3.3 Prerrogativa dos Prefeitos, 104

Capítulo 4. IMUNIDADES E PRERROGATIVAS DO ADVOGADO, 104

Capítulo 5. DAS IMUNIDADES E PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES, 105

- 5.1 Inviolabilidade ou imunidade penal, 105
- 5.2 Imunidade processual, 108
- 5.3 Imunidade prisional, 109
- 5.4 Foro especial por prerrogativa de função, 110
- 5.5 Imunidade probatória, 112
- 5.6 Prerrogativa testemunhal, 112
- 5.7 Renúncia à inviolabilidade penal ou a qualquer outra imunidade, 112
- 5.8 Imunidades dos Deputados estaduais ou distritais, 113

Capítulo 6. IMUNIDADE E PRERROGATIVAS DOS VEREADORES, 113

- 6.1 Introdução, 113
- 6.2 Inviolabilidade material dos Deputados e Senadores e a dos Vereadores, 114
- 6.3 Limites constitucionais específicos da inviolabilidade dos Vereadores, 114
- 6.4 Princípio da razoabilidade e inviolabilidade do Vereador, 115
- 6.5 Consequências jurídicas da inviolabilidade do Deputado e Senador e a do Vereador, 116

QUARTA SEÇÃO
DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE
A APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Capítulo 1. CONTAGEM DE PRAZO (ART. 10 DO CP), 118

Capítulo 2. FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS NA PENA (ART. 11 DO CP), 119

Capítulo 3. APLICAÇÃO DAS REGRAS GERAIS DO CP (ART. 12 DO CP), 120

SEGUNDA PARTE

Teoria do Delito

QUINTA SEÇÃO
DO DELITO**Capítulo 1. OBJETO, FUNÇÕES E POSIÇÃO
SISTEMÁTICA DA TEORIA DO DELITO, 124****Capítulo 2. CONCEITOS FORMAL, LEGAL E
MATERIAL DE DELITO, 125**

2.1 Notas introdutórias e definições terminológicas, 125

2.2 Conceito formal, 126

2.3 Conceito legal, 127

2.4 Conceitos materiais, 127

2.4.1 Conceitos criminológicos, 128

2.4.2 Conceitos penais: da equação “delito = pecado” às concepções funcionais do delito, 129

2.4.3 Síntese histórica da evolução do conceito material de delito, 130

**Capítulo 3. EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS
ANALÍTICOS (DOGMÁTICOS) DE DELITO, 131**

3.1 Bases clássicas da construção dogmática do conceito de delito e da teoria do delito, 131

3.2 O conceito naturalista (ou causal-naturalista ou clássico) de delito, 131

3.3 As primeiras mudanças no conceito naturalista de delito, 132

3.4 Conceito neoclássico (neokantista) de delito, 133

3.5 Conceito finalista de delito e teoria social da ação, 133

3.6 Conceitos funcionalistas de delito, 134

3.6.1 Conceito funcionalista orientado aos fins da Política criminal (conceito racional-final ou teleológico funcional ou funcionalista-teleológico de delito de Roxin), 134

3.6.2 Conceito funcionalista sistêmico de delito de Jakobs, 136

3.6.3 Conceito funcionalista do controle social de Hassemer, 136

3.6.4 Funcionalismo reducionista ou contencionista de Zaffaroni, 136

3.7 Conceito analítico de delito: nossa posição, 137

3.7.1 Nosso conceito analítico e funcionalista de delito, 137

3.7.2 Confronto entre o nosso conceito analítico e funcionalista de delito e o conceito predominante, 138

3.7.3 Teoria constitucionalista do delito: o delito entendido como ofensa desvaliosa a um bem jurídico relevante, 138

3.7.4 Consagração normativo-sistemática do delito como ofensa a um bem jurídico: bem jurídico e Partes Especiais dos Códigos Penais, 139

3.7.5 Consagração normativo-sistemática do delito como ofensa a um bem jurídico: a ofensividade do delito na terminologia dos Códigos Penais, 139

3.7.6 Características do sistema constitucionalista de delito e suas distinções frente aos demais modelos de delito, 139

3.7.7 Fundamento legal da concepção ofensiva do delito, 140

3.7.8 Consumação formal e consumação material do delito, 140

**Capítulo 4. SISTEMAS DE DELITO
(RECAPITULANDO OS VÁRIOS CONCEITOS
ANALÍTICOS DE DELITO), 140**

4.1 Sistemas bipartidos, 140

4.1.1 Teoria do tipo injusto, 141

4.1.2 Teoria dos elementos negativos do tipo, 141

4.1.3 Corrente finalista brasileira dissidente, 141

4.1.4 Corrente bipartida teleológica, 141

4.2 Sistemas tripartidos, 142

4.3 Sistema quadripartido, 142

4.4 Sistema quintupartido, 142

4.5 Nossa posição, 142

**Capítulo 5. ESTRUTURA E REQUISITOS DO DELITO,
143**

5.1 Estrutura do delito, 143

5.1.1 Finalidades do Direito penal e teoria do delito, 143

5.1.2 Modelo de Direito penal e teoria constitucionalista do delito, 143

5.2 Requisitos do delito, 144

Capítulo 6. MÉTODO DE COMPREENSÃO DO DELITO: ONTOLÓGICO (“SER”) OU DEONTOLÓGICO (“DEVER SER”)?, 144

Capítulo 7. TEORIAS CAUSALISTA, FINALISTA E CONSTITUCIONALISTA DO DELITO (SÍNTESE DAS DISTINÇÕES), 145

SEXTA SEÇÃO

DO FATO FORMAL E MATERIALMENTE TÍPICO

Capítulo 1. TIPO, TIPO LEGAL, TIPO PENAL, RELAÇÃO DE TIPICIDADE E JUÍZO DE TIPICIDADE, 156

Capítulo 2. FASES DA EVOLUÇÃO DA TEORIA DO TIPO PENAL, 158

- 2.1 Primeira etapa: causalismo, 158
- 2.2 Segunda etapa: neokantismo, 158
- 2.3 Terceira etapa: finalismo, 158
- 2.4 Quarta etapa: funcionalismo moderado de Roxin, 159
- 2.5 Quinta etapa: teoria constitucionalista do delito (nossa posição), 159

Capítulo 3. NOVA ESTRUTURA DA TIPICIDADE PENAL: TIPICIDADE PENAL = TIPICIDADE FORMAL + TIPICIDADE MATERIAL OU NORMATIVA + TIPICIDADE SUBJETIVA, 162

- 3.1 Recapitulando a evolução dos requisitos da tipicidade penal, 162
- 3.2 Teoria constitucionalista do delito e tipicidade penal, 163

Capítulo 4. TIPICIDADE MATERIAL E TIPICIDADE CONGLOBANTE DE ZAFFARONI, 164

Capítulo 5. EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A TIPICIDADE E A ANTIJURIDICIDADE, 165

- 5.1 Primeira etapa: Ernest Beling e a teoria da tipicidade neutra e independente, 165
- 5.2 Segunda etapa: a tipicidade não é neutra, é indício (*ratio cognoscendi*) da antijuridicidade, 166
- 5.3 Terceira etapa: para a doutrina neokantiana a tipicidade não tem autonomia, faz parte da antijuridicidade (é sua *ratio essendi*), 166

5.4 Quarta etapa: teoria dos elementos negativos do tipo: a antijuridicidade não tem autonomia, faz parte da tipicidade, 167

5.5 Quinta etapa: doutrina finalista de WELZEL (retorno a MAYER: a tipicidade é mero indício da antijuridicidade), 168

5.6 Sexta etapa: teoria constitucionalista do delito: a tipicidade é (em regra) expressão provisória da antijuridicidade, 168

Capítulo 6. DOS TIPOS PENAIIS, 169

- 6.1 Funções desempenhadas pelo tipo penal, 169
- 6.2 Espécies de tipos penais e de normas penais, 170
- 6.3 Classificação dos tipos penais, 171
- 6.4 Requisitos estruturais do tipo penal, 174

Capítulo 7. FORMAS DE ADEQUAÇÃO TÍPICA, 175

Capítulo 8. ANÁLISE DOS REQUISITOS DO FATO FORMAL E MATERIALMENTE TÍPICO, 176

- 8.1 Recapitulando os requisitos do fato formal e materialmente típico, 176
- 8.2 Conduta humana voluntária, 177
- 8.3 Resultado naturalístico, 186
- 8.4 Nexo de causalidade, 187
- 8.5 Relação de tipicidade (adequação do fato à letra da lei), 192
- 8.6 Tipicidade material: juízo de valoração (desaprovação) da conduta (desvalor da conduta) e teoria da imputação objetiva, 193
- 8.7 Tipicidade material: juízo de valoração (desaprovação) do resultado jurídico (desvalor do resultado), 207
- 8.8 Dimensão subjetiva da tipicidade penal (nos crimes dolosos), 213

SÉTIMA SEÇÃO

CAUSAS DE EXCLUSÃO DA TIPICIDADE PENAL

Capítulo 1. INTRODUÇÃO, 217

Capítulo 2. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO, 219

- 2.1 Distinção entre o princípio da insignificância e a irrelevância penal do fato, 219

2.2 Reconhecimento jurisprudencial dos princípios citados, **221**

2.3 Consequências (penais e processuais) práticas da aplicação dos princípios da insignificância e da irrelevância penal do fato, **229**

2.3.1 Infração bagatelar própria, **229**

2.3.2 Infração bagatelar imprópria, **229**

Capítulo 3. TEORIA DA ADEQUAÇÃO SOCIAL, 229

3.1 Origem e delimitação conceitual, **229**

3.2 Teoria do delito e "referenciabilidade" social, **230**

3.3 Um importante delineamento metodológico, **231**

3.4 Bases normativas da teoria da adequação social, **233**

3.5 A adequação social e a negação do desvalor da ação e do resultado, **234**

3.6 A adequação social como causa de exclusão da tipicidade material, **235**

Capítulo 4. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL E A TEORIA DA TIPICIDADE CONGLOBANTE DE ZAFFARONI, 236

4.1 Teoria da tipicidade conglobante de Zaffaroni e o estrito cumprimento do dever legal, **236**

4.2 Estrito cumprimento do dever legal como causa excludente da tipicidade, **239**

Capítulo 5. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO, 240

Capítulo 6. CONSENTIMENTO DA VÍTIMA E SUA RELEVÂNCIA PENAL, 244

OITAVA SEÇÃO

CRIME COMISSIVO DOLOSO E ERRO DE TIPO

Capítulo 1. DO CRIME COMISSIVO DOLOSO, 251

1.1 Introdução, **251**

1.2 Dimensão subjetiva: terceira dimensão da tipicidade penal, **251**

1.3 Do dolo, **252**

1.4 Espécies de dolo, **254**

1.5 Outras classificações relacionadas com o dolo, **255**

1.6 Requisitos subjetivos especiais do crime doloso (ou requisitos subjetivos especiais do injusto doloso), **257**

1.7 Delitos de atitude (ou de atitude interna), **260**

1.8 Delitos de expressão interna (ou de convicção interna), **260**

1.9 Dolo e especiais motivos de agir, **260**

Capítulo 2. DO ERRO DE TIPO, 260

2.1 Introdução, **260**

2.2 Teoria unitária do erro, **261**

2.3 Espécies ou modalidades de erro, **261**

2.4 Do erro de tipo, **262**

2.5 Objeto de incidência do erro de tipo, **265**

2.6 Espécies de erro de tipo, **265**

2.7 Erro de tipo que recai sobre requisito da ilicitude contido no tipo, **266**

2.8 Erro de tipo e erro determinado por terceiro, **267**

2.9 Erro accidental, **268**

NONA SEÇÃO

DO CRIME CULPOSO, PRETERDOLOSO E OMISSIVO

Capítulo 1. DO CRIME CULPOSO, 278

1.1 Conceito e distinções, **278**

1.2 Requisitos do crime culposos, **280**

1.3 Graduabilidade da culpa, culpa temerária e culpabilidade, **286**

1.4 Espécies de culpa, **287**

1.5 Compensação de culpas, **290**

1.6 Questões e observação finais, **290**

Capítulo 2. DO CRIME PRETERDOLOSO OU PRETERINTENCIONAL, 291

2.1 Conceito e distinções, **291**

2.2 Tentativa no crime preterdoloso, **292**

Capítulo 3. DO CRIME OMISSIVO, 292

3.1 Conceito e espécies de crimes omissivos, **292**

3.2 Crimes omissivos próprios ou puros, **294**

3.3 Crimes omissivos impróprios ou impuros ou comissivos por omissão, **297**

DÉCIMA SEÇÃO DA ANTIJURIDICIDADE

Capítulo 1. DA ANTIJURIDICIDADE, 305

- 1.1 Conceito, 305
- 1.2 Distinções, 305

Capítulo 2. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ANTIJURIDICIDADE, 309

- 2.1 Conceitos e distinções, 309
- 2.2 Exigência de requisito subjetivo nas causas justificantes, 312
- 2.3 Estado de necessidade, 313
- 2.4 Legítima defesa, 317
- 2.5 Exercício regular de direito, 320
- 2.6 Estricto cumprimento de dever legal, 320
- 2.7 Consentimento do ofendido, 320
- 2.8 Excesso nas causas justificantes, 321

DÉCIMA PRIMEIRA SEÇÃO DA PUNIBILIDADE

Capítulo 1. PUNIBILIDADE (FATO FORMAL E CONCRETAMENTE AMEAÇADO COM PENA), 326

- 1.1 Conceito e natureza jurídica, 326
- 1.2 Requisitos, fundamentos e distinções, 329

Capítulo 2. PUNIBILIDADE ABSTRATA, *IUS PUNIENDI* E PUNIBILIDADE CONCRETA, 333

- 2.1 Conceitos e distinções, 333
- 2.2 Punibilidade abstrata, pretensão punitiva (punibilidade concreta) e pretensão executória (punibilidade definitiva), 333
- 2.3 Punibilidade abstrata, consequências jurídicas do fato, injusto penal, fato punível e culpabilidade, 334
- 2.4 Consequências práticas da impunibilidade, 334
- 2.5 Causas excludentes e suspensivas da punibilidade, 335
- 2.6 Causas extintivas da punibilidade (da pretensão punitiva e da pretensão executória), 335
- 2.7 Punibilidade abstrata e condições de procedibilidade, 336

DÉCIMA SEGUNDA SEÇÃO FORMAS DE REALIZAÇÃO DO DELITO

Capítulo 1. DO CRIME CONSUMADO E A FORMA TENTADA, 340

- 1.1 *Iter criminis* (fases de desenvolvimento do crime), 340
- 1.2 Crime tentado, 344
- 1.3 Desistência voluntária e arrependimento eficaz (tentativa abandonada), 351
- 1.4 Do arrependimento posterior, 355
- 1.5 Reparação dos danos no Direito penal brasileiro, 357
- 1.6 Crime impossível (ou quase-crime ou tentativa inidônea ou tentativa inadequada), 358
- 1.7 Crime impossível e delito putativo, 360

Capítulo 2. CONCURSO DE PESSOAS (AUTORIA, CO-AUTORIA E PARTICIPAÇÃO), 363

- 2.1 Conceitos e distinções, 363
- 2.2 Da autoria, 363
- 2.3 Espécies de autoria, 365
- 2.4 Da autoria mediata, 367
- 2.5 Autoria colateral nos crimes culposos, 370
- 2.6 Da co-autoria, 373
- 2.7 Da participação, 376
- 2.8 Responsabilidade penal no concurso de pessoas, 379

Capítulo 3. DO CONCURSO DE CRIMES, 382

- 3.1 Conceitos e distinções, 382
- 3.2 Concurso material (ou real) de crimes, 382
- 3.3 Concurso formal (ideal) de crimes, 383
- 3.4 Do crime continuado genérico: art. 71, *caput*, do CP, 384
- 3.5 Crime continuado específico: parágrafo único do art. 71 do CP, 386
- 3.6 Questões finais (relacionadas com as duas modalidades de crime continuado), 386

DÉCIMA TERCEIRA SEÇÃO CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS

Capítulo Único. CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS, 389

1. Classificação tripartida ou bipartida das infrações penais, **389**
2. Diferença entre crime e contravenção, **390**
3. Infração penal e injusto penal, **390**
4. Injusto penal, crime e fato punível, **390**
5. Crime material, formal e de mera conduta, **391**
6. Crime de lesão ou de perigo, **391**
7. Crime de dano e crime de perigo, **391**
8. Crime doloso, culposo e preterdoloso, **392**
9. Crime comissivo, omissivo e comissivo por omissão, **392**
10. Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeito permanente, **392**
11. Crime unissubjetivo e plurissubjetivo, **393**
12. Crime unissubsistente e plurissubsistente, **393**
13. Crime comum, próprio, bi-próprio e de mão própria, **393**
14. Crime de ação única e de ação múltipla, **394**
15. Crime de única vítima e crime de dupla subjetividade passiva, **394**
16. Crime comum e crime político, **394**
17. Crime comum e crime especial, **395**
18. Crime continuado, **395**
19. Crimes principais e crimes acessórios, **395**
20. Crimes condicionados e incondicionados, **395**
21. Crime progressivo e progressão criminosa, **395**
22. Crime complexo, **396**
23. Delito putativo (ou imaginário), **396**
24. Crime impossível (ou quase-crime ou tentativa inidônea ou tentativa inadequada), **396**
25. Crime falho, **397**
26. Crime consumado e crime tentado, **397**
27. Crime multitudinário, **397**
28. Crimes vagos, **397**
29. Crimes de opinião, **397**
30. Crime de forma livre, **398**
31. Crime habitual, **398**
32. Crime profissional, **398**
33. Crime de ímpeto, **398**
34. Crimes funcionais, **398**
35. Crime a distância, **398**
36. Crime de simples desobediência, **398**
37. Crimes pluriofensivos, **398**
38. Crime a prazo, **399**
39. Crime gratuito, **399**
40. Crimes transeuntes, **399**
41. Delito obstáculo, **399**
42. Delito de preparação, **399**
43. Delitos de posse, **399**
44. Delitos de mera suspeita, **399**
45. Delitos cumulativos, **400**
46. Crime de tendência (ou de intenção especial), **400**
47. Delito de intenção transcendental e delito de intenção especial, **400**
48. Delitos de atitude (ou de atitude interna), **401**
49. Delitos de expressão interna (ou de convicção interna), **401**
50. Delitos de atentado, **401**
51. Delitos de empreendimento, **401**
52. Infração bagatelar própria e imprópria, **401**
53. Crime de domínio, de mão própria e de dever, **402**
54. Crime massificado (ou delito "masa", como diz a doutrina espanhola), **402**

TERCEIRA PARTE

Teoria da Culpabilidade

DÉCIMA QUARTA SEÇÃO

CONCEITO E FUNÇÕES DA CULPABILIDADE

Capítulo 1. DA CULPABILIDADE, **408**

- 1.1 Conceito, **408**
- 1.2 Posição sistemática ou dogmática e função primordial da culpabilidade, **410**
- 1.3 Evolução histórica da culpabilidade, **412**
- 1.4 Requisitos, fundamentos e momentos do juízo de reprovação da culpabilidade, **414**
- 1.5 Culpabilidade normativa e seu conteúdo material, **414**
- 1.6 Teoria das normas e culpabilidade, **415**
- 1.7 Funções da culpabilidade, **415**
- 1.8 Co-culpabilidade e teoria da vulnerabilidade de Zaffaroni, **417**

Capítulo 2. CULPABILIDADE E INSTITUTOS CORRELATOS, **418**

- 2.1 Culpabilidade e imputabilidade, **418**

2.2 Culpabilidade e necessidade concreta da pena, **419**

2.3 Culpabilidade e periculosidade, **420**

DÉCIMA QUINTA SEÇÃO CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE

Capítulo 1. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE, **426**

Capítulo 2. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA IMPUTABILIDADE PENAL, **427**

2.1 Menoridade penal, **427**

2.2 Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, **429**

2.3 Embriaguez fortuita completa, **430**

2.4 Dependência toxicológica, **430**

2.5 Intoxicação (ou drogadição) fortuita, **431**

2.6 Causas que não excluem a imputabilidade penal, **431**

Capítulo 3. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE, **433**

3.1 Erro de proibição, **433**

3.2 Erro de proibição indireto (erro de permissão), **436**

3.3 Graduação do erro: erro invencível e erro vencível, **436**

3.4 Discriminantes putativas fáticas (CP, art. 20, § 1.º) ou erro de tipo permissivo, **437**

3.5 O erro de tipo permissivo é um erro *sui generis*, **444**

3.6 Síntese conclusiva sobre o tratamento do erro nas discriminantes putativas, **446**

3.7 Síntese conclusiva sobre a teoria do erro de permissão, **447**

3.8 Síntese conclusiva sobre a teoria do erro de tipo permissivo, **447**

Capítulo 4. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA, **447**

4.1 Coação moral irresistível, **447**

4.2 Obediência hierárquica, **449**

4.3 Inexigibilidade de conduta diversa como causa suprallegal (ou extralegal) de exclusão da culpabilidade, **450**

QUARTA PARTE Teoria das Consequências Jurídicas da Infração Penal

DÉCIMA SEXTA SEÇÃO TEORIA DA PENA

Capítulo 1. PENA: QUESTÕES GERAIS, **456**

1.1 Conceitos e distinções, **456**

1.2 Justificação do Direito penal, **456**

1.3 Aspectos estatal e pessoal da pena, **457**

Capítulo 2. FUNDAMENTO, NATUREZA E FINS DA PENA, **458**

2.1 Fundamento ou justificação da pena, **459**

2.2 Essência da pena, **459**

2.2.1 Sua origem histórica, **460**

2.2.2 A natureza “retributiva” da pena no Direito positivo, **461**

2.3 Os fins da pena, **461**

2.3.1 Prevenção versus retribuição, **462**

2.3.2 Referência histórica, **462**

Capítulo 3. AS TEORIAS PENALIS: CONTEÚDO E CRÍTICAS, **464**

3.1 As chamadas “teorias absolutas” ou retribucionistas, **464**

3.1.1 Suas diversas formulações, **464**

3.1.1.1 Kant, **465**

3.1.1.2 Hegel, **465**

3.1.1.3 Binding, **466**

3.1.2 Considerações críticas: aspectos positivos e negativos das teorias absolutas, **466**

3.2 As denominadas “teorias relativas”, **469**

3.2.1 Teorias absolutas e teorias relativas: suas diferenças, **469**

3.2.2 O pensamento prevencionista e suas manifestações históricas, **470**

3.2.2.1 A teoria da prevenção geral negativa, **471**

3.2.2.1.1 A formulação inicial de A. Feuerbach, **472**

3.2.2.1.2 A posterior controvérsia, **472**

3.2.2.1.3 Objeções contra o pensamento da prevenção geral negativa, **472**

3.2.2.1.4 Réplica às objeções, **475**

3.2.2.2 A chamada “prevenção geral positiva” (ou integradora), **477**

3.2.2.2.1 A insuficiência da mera “intimidação” como suporte do prevencionismo, **477**

3.2.2.2.2 A dupla origem doutrinária da prevenção positiva ou integradora, **478**

3.2.2.2.3 Prevenção positiva e teorias “simbólicas”, **478**

3.2.2.2.4 Objeções e argumentos favoráveis, **479**

3.2.2.3 A teoria da prevenção especial ou da prevenção individual. Prevenção especial negativa e positiva, **480**

3.2.2.3.1 Antecedentes históricos e formulações da prevenção especial: particular referência a F. von Liszt e à denominada “segunda onda da prevenção especial”, **481**

3.2.2.3.2 Argumentos em favor da prevenção especial, **483**

3.2.2.3.3 Objeções contra a teoria da prevenção especial, **484**

3.2.2.3.4 Particular referência à idéia de “ressocialização” como fundamento da pena (prevenção especial positiva), **486**

3.2.2.3.5 Recapitulação final, **489**

3.3 As denominadas teorias “mistas” ou de “união” ou unitárias, **490**

3.3.1 As teorias de união como fórmulas de compromisso, **491**

3.3.2 As teorias de união como teorias dominantes na atualidade, **492**

3.3.3 Diversas formulações das teorias de união: alternativas e formas de combinar os distintos fins da pena, **493**

3.3.3.1 A culpabilidade como “fundamento” da pena, **494**

3.3.3.2 A culpabilidade como “limite” da pena, **494**

3.3.4 Objeções às teorias de união, **495**

3.3.5 Orientações atuais, **495**

3.3.5.1 A teoria “diferenciadora” de Schmidhäuser, **496**

3.3.5.2 A teoria “dialética” de Roxin, **497**

3.3.5.3 Críticas às teorias “diferenciadora” e “dialética”, **499**

Capítulo 4. FUNÇÕES DA PENA E DA CULPABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO, 502

4.1 Funções da pena no Direito brasileiro, **502**

4.1.1 Teoria diferenciada de Schmidhäuser e o sistema penal brasileiro, **506**

4.2 A tríplice função da culpabilidade no Direito penal, **507**

DÉCIMA SÉTIMA SEÇÃO PRINCÍPIOS, CLASSIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA

Capítulo 1. PRINCÍPIOS REITORES DA PENA, 510

1.1 Princípio da legalidade, **510**

1.2 Princípio da irretroatividade da lei penal, **510**

1.3 Princípio da individualização da pena, **511**

1.4 Princípio da proporcionalidade, **511**

1.5 Princípio da personalidade ou pessoalidade ou intranscendência da pena, **511**

1.6 Princípio da humanidade, **511**

1.7 Princípio da proibição da pena indigna, **511**

1.8 Princípio da inderrogabilidade *versus* princípio da necessidade concreta da pena, **511**

1.9 Princípio da suficiência da pena alternativa, **512**

Capítulo 2. CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS, 512

2.1 Penas genéricas e específicas, **512**

2.2 Penas principais e acessórias, **513**

Capítulo 3. DA APLICAÇÃO DA PENA, 514

3.1 Regras básicas sobre a aplicação da pena, **514**

3.2 Antecedentes do agente, **515**

3.3 As dez etapas da aplicação da pena, **517**

3.3.1 Primeira etapa: necessidade concreta da pena, **517**

3.3.2 Segunda etapa: escolha da pena (quando alternativas), **517**

- 3.3.3 Terceira etapa: fixação da pena de prisão, **517**
- 3.3.4 Quarta etapa: fixação da pena de multa, **528**
- 3.3.5 Quinta etapa: aplicação (eventual) dos efeitos específicos do art. 92, **531**
- 3.3.6 Sexta etapa: aplicação (eventual) de penas substitutivas (restritivas de direitos ou multa substitutiva ou vicariante), **533**
- 3.3.7 Sétima etapa: *sursis* (suspensão condicional da pena), **536**
- 3.3.8 Oitava etapa: regime inicial de cumprimento da pena de prisão, **539**
- 3.3.9 Nona etapa: decretação eventual da prisão preventiva (quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP), **541**
- 3.3.10 Décima etapa: determinações finais da sentença condenatória, **542**

DÉCIMA OITAVA SEÇÃO SISTEMA PENAL ALTERNATIVO E PENAS SUBSTITUTIVAS

Capítulo 1. SISTEMA PENAL ALTERNATIVO BRASILEIRO: NOTAS INTRODUTÓRIAS, **547**

Capítulo 2. PENAS SUBSTITUTIVAS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, **549**

- 2.1 Ampliação das penas substitutivas, **549**
- 2.2 Artigo 43 do Código Penal: elenco das penas restritivas de direitos, **549**
- 2.3 Artigo 44 do Código Penal: hipóteses de cabimento, requisitos, formas de substituição, multa substitutiva e conversão, **551**
- 2.4 Artigo 45 do Código Penal: prestação pecuniária, prestação de outra natureza e perda de bens e valores, **561**
- 2.5 Artigo 46 do Código Penal: prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, **567**
- 2.6 Artigo 47 do Código Penal: interdição temporária de direitos, **570**
- 2.7 Artigo 48 do Código Penal: limitação de fim de semana, **573**
- 2.8 Artigo 54 do Código Penal: cominação na parte geral, **574**
- 2.9 Artigo 55 do Código Penal: duração das penas restritivas de direitos, **574**
- 2.10 Artigo 56 do Código Penal: proibição do exercício de cargo ou profissão, **575**

- 2.11 Artigo 57 do Código Penal: proibição de dirigir, **575**
- 2.12 Artigo 58, parágrafo único, do Código Penal: cominação da multa substitutiva, **575**
- 2.13 Artigo 59 do Código Penal: individualização da pena, **576**
- 2.14 Artigo 60, § 2.º, do Código Penal: multa substitutiva, **576**
- 2.15 Artigo 69, § 1.º, do Código Penal: concurso material de crimes, **577**
- 2.16 Artigo 69, § 2.º, do Código Penal: formas de cumprimento na pluralidade de penas restritivas, **578**
- 2.17 A questão da retroatividade da *lex nova*, **578**
- 2.18 Penas substitutivas e outros institutos penais e processuais, **579**

DÉCIMA NONA SEÇÃO SISTEMA PROGRESSIVO BRASILEIRO DE EXECUÇÃO DA PENA

Capítulo 1. SISTEMA PROGRESSIVO BRASILEIRO, **585**

- 1.1 Sistemas penitenciários e progressão de regime, **585**
- 1.2 Regimes penitenciários, **589**
- 1.3 Direitos do preso, **593**
- 1.4 Trabalho do preso, **594**
- 1.5 Outras regras sobre o cumprimento da pena de prisão, **595**
- 1.6 Legislação especial, **595**
- 1.7 Superveniência de doença mental, **595**
- 1.8 Detração penal, **595**
- 1.9 Limite máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade, **596**

Capítulo 2. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL, **597**

- 2.1 Características e requisitos, **597**
- 2.2 Revogação do livramento condicional, **600**

VIGÉSIMA SEÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Capítulo 1. MEDIDAS DE SEGURANÇA E DE CORREÇÃO: APROXIMAÇÃO AOS PROBLEMAS GERAIS NO DIREITO COMPARADO, **603**

Capítulo 2. FUNÇÃO GENÉRICA E FUNÇÕES ESPECÍFICAS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA, 604

- 2.1 A “origem” das medidas de segurança: a insuficiência da pena “retributiva”, **605**
- 2.2 O sistema “dualista” ou da “dupla via” (duplo binário): as funções respectivas da pena e da medida de segurança, **606**

Capítulo 3. A JUSTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA: O DENOMINADO FUNDAMENTO “ÉTICO-SOCIAL”. JUSTIÇA *VERSUS* UTILIDADE, 609

- 3.1 O fundamento ético-social das medidas de segurança em H. Welzel: sua dupla origem, **609**
- 3.2 A tese antagônica de Schmidhäuser, **610**

Capítulo 4. RELAÇÕES ENTRE AS MEDIDAS DE SEGURANÇA E A PENA, 611

- 4.1 Balanço dos sistemas “dualistas” ou da “dupla via”, **611**
- 4.2 As soluções monistas, **611**
 - 4.2.1 A absorção da pena pela medida de segurança, **612**
 - 4.2.2 A absorção da medida de segurança pela pena, **613**
 - 4.2.3 As tentativas de unificação, **615**
- 4.3 O sistema “vicariante”, **616**
- 4.4 Modernas orientações e tendências, **617**

Capítulo 5. CARACTERÍSTICAS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO SISTEMA JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO, 620

VIGÉSIMA PRIMEIRA SEÇÃO DA AÇÃO PENAL

Capítulo 1. DA AÇÃO PENAL, 626

- 1.1 Conceitos e distinções, **626**
- 1.2 Classificação da ação penal, **628**

Capítulo 2. DA AÇÃO PENAL PÚBLICA, 628

- 2.1 Da ação penal pública incondicionada, **628**
- 2.2 Da ação penal pública condicionada, **632**

- 2.3 Da ação penal pública subsidiária da pública, **634**

Capítulo 3. DA AÇÃO PENAL PRIVADA, 634

- 3.1 Da ação penal exclusivamente privada, **635**
- 3.2 Da ação penal privada subsidiária da pública (CPP, art. 29), **637**

Capítulo 4. QUESTÕES FINAIS, 637

- 4.1 Da ação penal nos crimes complexos (CP, art. 101), **637**
- 4.2 Ação penal contra parlamentar, **637**
- 4.3 Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual, **637**
- 4.4 Da ação penal nos crimes contra a honra (CP, art. 145), **638**

VIGÉSIMA SEGUNDA SEÇÃO CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE

Capítulo 1. PUNIBILIDADE ABSTRATA E PUNIBILIDADE CONCRETA, 642

- 1.1 Conceitos e distinções, **642**
- 1.2 Art. 108 do CP, **643**

Capítulo 2. DA PUNIBILIDADE CONCRETA E SUAS CAUSAS EXTINTIVAS, 643

- 2.1 Morte do agente (CP, art. 107, I), **643**
- 2.2 Anistia (CP, art. 107, II), **644**
- 2.3 Indulto (CP, art. 107, II), **644**
- 2.4 *Abolitio criminis* (CP, art. 107, III), **645**
- 2.5 Da prescrição (CP, art. 107, IV), **647**
- 2.6 Da decadência (CP, art. 107, IV), **655**
- 2.7 Da perempção (CP, art. 107, IV), **655**
- 2.8 Da renúncia (CP, art. 107, V), **656**
- 2.9 Do perdão do ofendido (CP, art. 107, V), **657**
- 2.10 Da retratação do agente (CP, art. 107, VI), **658**
- 2.11 O casamento como causa extintiva da punibilidade: notícia histórica, **658**
- 2.12 Do perdão judicial (CP, art. 107, IX), **658**

OBRAS DOS AUTORES, 661